



ENSINO MÉDIO COMPLETO – FISCAL DE TRIBUTOS

CADERNO DE PROVA OBJETIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA OBJETIVA

1. A prova objetiva será composta de 40 (QUARENTA) questões de múltipla escolha, extraídas do conteúdo programático publicado no edital complementar de abertura 002/2023, sendo que, para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 (QUATRO) alternativas classificadas com as letras (A, B, C e D), mas somente uma responde adequadamente à questão proposta.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 1h (uma hora) de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Prova Objetiva, o Cartão Respostas da Prova Objetiva. O Cartão Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
4. A prova objetiva terá início às 9 da manhã, com duração de 3 (TRÊS) horas, e término impreterivelmente às 12 horas.
5. O cartão de resposta será entregue após o início da prova e deverá ser conferido e assinado à vista dos fiscais.
6. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
7. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
8. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.
9. O cartão de resposta deverá ser entregue pelo candidato ao fiscal de sala no momento da saída do candidato.
10. O candidato que entregar o cartão de resposta não poderá retornar ao recinto.
11. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão de resposta por erro do candidato.
12. O candidato não poderá levar seu caderno de prova objetiva.
13. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu caderno de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.
14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova e terem seus nomes registrados em ata e com suas respectivas assinaturas.

PORTUGUÊS

01) Leia o texto a seguir.

Um fóssil levado ilegalmente do Brasil para a Europa em meados da década de 1990 vai retornar ao país em junho, depois de dois anos de negociações diplomáticas. O anúncio foi feito em Brasília pelo Instituto Guimarães Rosa, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. O fóssil foi coletado em um sítio na bacia do Araripe, na divisa dos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco, e integrado ao acervo do Museu de História Natural de Karlsruhe, na Alemanha. Após anos de estudos, concluiu-se que é o registro único de um dinossauro com o tamanho de uma galinha, que viveu há cerca de 120 milhões de anos onde hoje é o Nordeste brasileiro, andava sobre duas patas, tinha o corpo coberto por fios longos e finos e se alimentava de insetos e pequenos vertebrados.

O caso veio à tona há dois anos, quando paleontólogos do Reino Unido e da Alemanha publicaram um artigo sobre o fóssil, classificando-o como uma nova espécie de dinossauro, batizado de *Ubirajara jubatus*. Com as evidências de que o material foi alvo de traficantes, a revista científica que publicou o achado [...] retirou o artigo de seu site. Aline Ghilardi, paleontóloga da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, que liderou uma campanha nas redes sociais pela repatriação do fóssil, disse à revista *Nature* que o retorno do material é “mensagem importante contra o colonialismo da ciência no século XXI e abre um forte precedente para que mais fósseis voltem aos seus países de origem”. O destino do fóssil, definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, será o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens, em Santana do Cariri, no Ceará. [...]

De acordo com esse texto,

- a) o fóssil do dinossauro *Ubirajara jubatus* foi batizado com esse nome por brasileiros.
- b) pesquisadores estrangeiros estudaram um fóssil retirado ilegalmente do Brasil.
- c) o único dinossauro que viveu no Nordeste do Brasil foi o *Ubirajara jubatus*.
- d) o fóssil do dinossauro *Ubirajara jubatus* permanecerá no Brasil temporariamente.

02) Dentre os pares de palavras a seguir, há um que recebe o acento gráfico por ser composto de palavras proparoxítonas. Identifique esse par de vocábulos.

- a) baú | saúde
- b) ônix | fênix
- c) bêbado | termômetro
- d) pastéis | sacrifício

03) Em uma das frases apresentadas a seguir, a vírgula foi empregada de maneira incorreta, visto que ela separou o sujeito do predicado. Assinale a alternativa em que tal frase se encontra.

- a) Meus dois irmãos mais novos, são gêmeos idênticos.
- b) Infelizmente, não conseguiremos comparecer à sua festa de formatura.
- c) Meu amor, deixa de bobeira e vem nadar com a gente!
- d) Ana deseja somente três coisas para suas férias: paz, dinheiro e viagens.

04) Assinale a alternativa que apresenta TODAS as palavras grafadas segundo a ortografia oficial da língua portuguesa.

- a) sebola | assude | aneio | seio
- b) soberba | iorgute | estupro | clauzura
- c) acíduo | predegulho | escombro | ácido
- d) social | lança | azedo | paralisar

05) Em qual das sentenças abaixo a concordância do termo ou da expressão em destaque está inadequada à norma padrão da língua portuguesa?

- a) Faz-se **necessária** uma mobilização mais efetiva no que diz respeito ao combate à dengue.
- b) Todos os dias, é **feito** uma verificação dos dados vitais dos trabalhadores da obra.
- c) **A seleção** brasileira e a paraguaia se enfrentaram algumas vezes em Copas do Mundo.
- d) Muito se **fala** sobre os malefícios do cigarro eletrônico à qualidade de vida dos fumantes.

MATEMÁTICA

06) Na lógica bivalente os pensamentos devem ser interpretados de duas formas, ou seja, podem ser valorados como VERDADEIRO ou FALSO, de acordo com os princípios da lógica proposicional. Sendo assim, qual das sentenças a seguir pode ser considerada uma sentença aberta?

- a) Aquele homem viu de tudo.
- b) Dez é maior do que onze.
- c) Carlos é um excelente médico.
- d) Todos os homens são altos e todas as mulheres são ruivas

07) Proposições são orações declarativas que podem ser avaliadas como verdadeiro ou falso. Sobre as proposições simples, é correto afirmar que

- a) são aquelas que possuem apenas um conectivo condicional.
- b) são aquelas que possuem mais de um conectivo.
- c) são aquelas que declaram algo sem o uso de conectivos.
- d) são aquelas que possuem uma disjunção inclusiva.



08) Um produto custa x reais e é vendido da seguinte forma: uma entrada de 20% e mais quatro prestações de R\$78,00 cada. Se o produto for vendido à vista terá um desconto de 5%, é verdadeiro que:

- a) O produto à vista custa R\$390,00
- b) O produto à vista custa R\$370,50
- c) O produto à vista custa R\$374,40
- d) O produto à vista custa R\$355,68

09) O quántuplo valor da expressão $1,8 - \left(\frac{2}{5} - 0,25\right) - \frac{1}{4}$, é:

- a) 7
- b) 5
- c) 25
- d) 35

10) Joana pesa 74,2 quilogramas, ou seja:

- a) Ela pesa setenta e quatro quilos e 2 gramas
- b) Ela pesa setenta e quatro quilos e 20 gramas
- c) Ela pesa setenta e quatro quilos e 200 gramas
- d) Ela pesa setenta e quatro quilos e 2000 gramas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

11) O crédito tributário pode ser classificado como:

- a) receita pública, que deve ser utilizada em benefício de toda a população.
- b) despesa pública, que deve ser utilizada para amortizar a dívida pública.
- c) superávit primário, beneficiando as contas nacionais no exterior.
- d) déficit secundário, prejudicando o balanço de pagamentos.

12) As obrigações tributárias nascem:

- a) com o incremento de receita pública.
- b) com alterações na taxa básica de juros.
- c) com a diminuição do superávit primário.
- d) com a realização do fato gerador.

13) O sujeito ativo da relação tributária se conceitua:

- a) como a pessoa física de direito privado com titularidade para exigir o cumprimento da obrigação dessa natureza.
- b) como a pessoa jurídica de direito público com titularidade para exigir o cumprimento da obrigação dessa natureza.
- c) como a pessoa jurídica de direito privado com titularidade para exigir o cumprimento da obrigação dessa natureza.
- d) como a pessoa física de direito público com titularidade para exigir o cumprimento da obrigação dessa natureza.

14) Por sujeição passiva tributária, busca-se:

- a) a identificação dos sujeitos responsáveis pelo superávit primário.
- b) a identificação dos sujeitos responsáveis pelo endereçamento de receitas e despesas.
- c) a identificação dos sujeitos responsáveis pelo cumprimento das obrigações tributárias.
- d) a identificação dos sujeitos responsáveis pelo fato gerador.

15) O sujeito passivo da obrigação tributária pode ser o responsável tributário:

- a) quando a lei não atribuir dever de pagamento a sujeito que tenha praticado o fato gerador.
- b) quando pratica o fato gerador de maneira difusa e indireta.
- c) quando pratica o fato gerador de maneira pessoal e direta.
- d) quando a lei atribuir dever de pagamento a sujeito que não tenha praticado o fato gerador.

16) Sobre a capacidade tributária passiva:

- a) ela identifica o sujeito integrante do polo ativo da relação.
- b) ela identifica o sujeito integrante do polo credor da relação.
- c) ela identifica o sujeito integrante do polo devedor da relação.
- d) ela identifica o sujeito integrante do polo passivo da relação.

17) Dentre as modalidades de lançamento tributário, marque a opção em que está corretamente caracterizado o Lançamento por Declaração:

- a) envolve apenas participação do fisco.
- b) envolve maior participação do próprio contribuinte.
- c) envolve participação conjunta do fisco e contribuinte.
- d) envolve participação maior do próprio contribuinte, do fisco e do agente privado.

18) Considerando a natureza ou características de determinados tributos, a lei:

- a) que exceções à aplicação total do conjunto patrimonial ficam por conta dos bens e rendas declarados absolutamente impenhoráveis
- b) poderá eleger outras específicas garantias ao crédito, além daquelas já mencionadas no próprio Código Tributário Nacional.
- c) demonstra que todas as riquezas do sujeito passivo serão utilizadas para quitação de tributos.
- d) trata o débito tributário como crime previsto no código penal.



19) Considerando as limitações constitucionais ao poder de tributar (princípios e regras), o Supremo Tribunal Federal compreende que elas são:

- a) analisadas de forma independente por cada estado da federação.
- b) normatizadas por Lei.
- c) passíveis de análise caso a caso.
- d) cláusulas pétreas.

20) O estudo da natureza jurídica dos tributos levará em consideração:

- a) as espécies tributárias existentes em suas peculiaridades características.
- b) as receitas e despesas públicas.
- c) o superávit e o déficit primário das contas públicas.
- d) o balanço de pagamentos.

21) A teoria da tripartição (também denominada teoria tripartite) designa a existência de apenas três espécies tributárias:

- a) fato gerador, impostos e taxas.
- b) impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- c) impostos, receita e despesa.
- d) garantias, privilégios e contribuições de melhoria.

22) A teoria da pentapartição (também denominada de teoria quinquipartite) considera a existência de cinco espécies tributárias, que são:

- a) tributo parafiscal, tributo extrafiscal, impostos, taxas e fato gerador.
- b) contribuições especiais, natureza jurídica, fato gerador, empréstimos compulsórios e impostos.
- c) fato gerador, despesa pública, receita pública, impostos e taxas.
- d) impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais.

23) Considere o art. 141 do Código Tributário Nacional. Uma vez constituído o crédito tributário pelo lançamento, ele somente poderá ser modificado ou extinto, bem como ter a sua exigibilidade suspensa e excluída:

- a) nos casos em que os impostos, taxas e receitas públicas possuem origem duvidosa.
- b) nos casos previstos no próprio código, fora dos quais não poderão ser dispensados, sob pena de responsabilização do agente.
- c) nos casos em que existe dúvida sobre o fato gerador por parte do agente público e privado.
- d) nos casos em que o agente privado contradiz o agente público com relação ao lançamento.

24) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal:

- a) o respeito ao teto de gastos.
- b) o projeto de Lei que garante a âncora fiscal.
- c) a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- d) a taxação para o aumento de arrecadação visando o gasto público.

25) Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser:

- a) criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total.
- b) extinto sem a prévia aprovação do Congresso Nacional.
- c) garantido para toda a população, independentemente da faixa etária.
- d) previsto através do plano plurianual de gestão governamental.

26) Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal e o *caput* do art. 169 da Constituição Federal o qual a Lei se refere, a despesa total com pessoal para os estados não poderá exceder o percentual da receita corrente líquida de:

- a) 40%.
- b) 50%.
- c) 60%.
- d) 70%.

27) A destinação de recursos para direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá:

- a) conter dotação orçamentária a ser criada mediante lei específica.
- b) ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
- c) ser reajustada a cada quadrimestre com base na inflação acumulada em determinado período.
- d) ser expandido através de análises macroeconômicas que levem em conta a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

28) Considere as atribuições do Ministério da Fazenda. Essa instituição tem como atribuição verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação,

- a) inclusive o superávit e o déficit primário, mensurados anualmente.
- b) inclusive levando em conta a taxa básica de juros e as projeções de inflação.
- c) inclusive das receitas e despesas públicas.
- d) inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

29) O Tribunal de Contas da União (TCU):

- a) é um órgão colegiado e suas decisões são tomadas pelo plenário da corte ou por uma de suas câmaras.
- b) é um órgão restrito com composição por parte da sociedade civil, setor privado e congresso nacional.
- c) é um órgão vinculado ao Senado Federal.
- d) é um órgão vinculado à Câmara dos Deputados.



30) Considere a composição do Tribunal de Contas da União (TCU) e marque a resposta correta:

- a) é composto seis ministros, três escolhidos pelo Congresso Nacional e três ministros escolhidos pelo Presidente da República.
- b) é composto por nove ministros, seis ministros escolhidos pelo Congresso Nacional e três ministros escolhidos pelo Presidente da República.
- c) é composto por membros eleitos democraticamente em processo administrativo próprio.
- d) é composto por membros da sociedade civil, membros do setor produtivo e membros de organizações não governamentais.

31) O Tribunal de Contas da União (TCU) tem como meta:

- a) atender somente aos pleitos vindos dos Estados.
- b) efetuar controle interno, independentemente do Congresso Nacional.
- c) ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.
- d) regular o Banco Central do Brasil.

32) Marque a opção em que está descrito corretamente três funções básicas do Tribunal de Contas da União:

- a) funções fiscalizadora, consultiva e informativa.
- b) funções taxativas, impositivas e regulatórias.
- c) funções fiscalizadora, taxativa e regulatória.
- d) funções regulatória, consultiva e taxativa.

33) É uma importante estratégia do Tribunal de Contas da União (TCU):

- a) rever trimestralmente as suas normas internas.
- b) articular-se com o Congresso Nacional semestralmente.
- c) promover encontros internacionais para aprimoramento de suas jurisprudências.
- d) a aproximação com a sociedade em geral e suas instituições representativas.

34) O Tribunal de Contas da União (TCU) sofre atuação de outro órgão importante, que é o:

- a) Agências Reguladoras Federais.
- b) Ministério da Fazenda.
- c) Ministério Público.
- d) Banco Central.

35) As organizações privadas, como regra geral, se diferenciam das organizações públicas, e mantêm a execução financeira (receitas e despesas):

- a) de forma atrelada ao orçamento.
- b) de forma autônoma em relação ao orçamento.
- c) de forma atrelada ao balanço patrimonial.
- d) de forma autônoma em relação às regras contábeis vigentes.

36) No Brasil, o exercício financeiro observado pelo setor público coincide com:

- a) datas pré-estabelecidas pelo Poder Público.
- b) o ano comercial.
- c) o prazo para declaração do imposto de renda.
- d) o ano civil.

37) A lei orçamentária é organizada na forma de:

- a) receitas e despesas públicas.
- b) leis específicas oriundas do Congresso Nacional.
- c) créditos orçamentários, aos quais estão consignadas dotações.
- d) balanços de pagamentos.

38) A realização das despesas no âmbito da administração pública, particularmente com a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, depende:

- a) do cumprimento das regras da licitação.
- b) de atos normativos pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) de normas específicas ditadas pelo Congresso Nacional.
- d) de regras específicas ditadas pelo Tribunal de Contas da União.

39) Após a observância, se for o caso, do processo licitatório, a despesa orçamentária será efetivada por meio do cumprimento de três estágios:

- a) empenho, ateste de nota fiscal e ordenação de despesa.
- b) empenho, liquidação e pagamento.
- c) liquidação, ateste de nota fiscal e faturamento.
- d) faturamento, ordenação de despesa e pagamento.

40) O empenho é legalmente definido como:

- a) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento somente pendente implemento de condição.
- b) o ato emanado de autoridade competente que não cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- c) o ato emanado de autoridade competente que pode criar para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- d) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.